



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

γ

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS -----

----- DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2022 -----

----- **ATA NÚMERO SETE** -----

----- Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Concelho de Manteigas, sob a presidência do seu Presidente, Senhor Membro da Assembleia Municipal Joaquim Quaresma Domingos, coadjuvado pelo Primeiro Secretário, Senhor Membro da Assembleia Municipal Miguel Neves Ramos e pela Segunda Secretária, Senhora Membro da Assembleia Municipal Inês Salvado de Carvalho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um: Apreciação, discussão e votação da ata nº 6/2022, de 30 de setembro de 2022. -----

----- Ponto dois: Conhecimento do expediente recebido e prestação de informações; -----

----- Ponto três: **Período de Antes da Ordem do Dia.** -----

----- Ponto três, um: Intervenções dos Senhores Membros antes da Ordem do Dia. -----

----- Ponto quatro: **Período da Ordem do dia.** -----

----- Ponto quatro, um: Deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis – Aplicação da Taxa do IMI Familiar. -----

----- Ponto quatro, dois: Deliberação sobre a proposta de atribuição do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, nos termos do Decreto-Lei n.º 93/221, de 9 de novembro. -----

----- Ponto quatro, três: Deliberação sobre a proposta de alteração ao regulamento de Organização Interna dos Serviços Municipais, nos Termos do disposto no Decreto-Lei n.º 35/29, de 23 de outubro. -----

----- Ponto quatro, quatro: Deliberação sobre a autorização Genérica no âmbito da Lei dos compromissos (alínea c), do n.º 1, do artigo 6, da Lei n.º 8/212, de 21 de fevereiro e n.º 1, do artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/212, de 21 de junho. -----

----- Ponto quatro, cinco: Deliberação sobre a Revisão n.º 3 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023. -----

----- Ponto quatro, seis: Apreciação, discussão e votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2023. -----

----- Ponto quatro, sete: Apreciação do Relatório Anual de Avaliação da Atividade da CPCJ de Manteigas de 2021. -----

----- Ponto quatro, oito: Deliberação sobre a nomeação de auditor externo para certificação legal das contas, conforme o número 1º, do art.º 77, da Lei 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação em vigor. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

14

----- Ponto quatro, nove: Apreciação discussão e votação das deliberações a tomar em minuta, para produzir efeitos imediatos, desta sessão. -----

----- Ponto cinco: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal. ---

----- Ponto seis: Período de Intervenção do Público. -----

----- Ponto seis, um: Respostas às questões anteriormente colocadas pelo público, que não tenham ficado esclarecidas. -----

----- Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças, para além do Senhor Presidente da Mesa, do Senhor Primeiro Secretário e da Senhora Segunda Secretária, os Senhores Membros da Assembleia Municipal, Albino Saraiva Cardoso, José Manuel Saraiva Cardoso, Daniel António Quaresma Costa, Juliana Lourenço Caetano, Filipa Daniela Santos Registo, António Miguel Aldeia Carvalho, João Abrantes Gaspar, Luís Pedro Matos Soares, José Manuel Biscaia Matos, Rogério Sousa Batista, Ana Sofia Martins Prata, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Flávia Patrícia Isento Grilo, José Manuel Craveiro Carvalho, Carlos Manuel Figueiredo Viegas e Nuno Miguel Fernandes Gonçalves. -----

----- Verificaram-se as ausências dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, Carla Alexandra Portugal Pires de Figueiredo, Isabel Barbosa Henriques, Eduardo de Matos Monteiro, Daniela do Couto Sabugueiro e Sara Albuquerque Ferreira, que comunicaram, previamente, a impossibilidade de comparecer na reunião, tendo cada um justificado a respetiva ausência e pedido a devida substituição. Assim, foram convocados os Senhores Membros da Assembleia Municipal Juliana Lourenço Caetano, João Abrantes Gaspar, Luís Pedro Matos Soares, Ana Sofia Martins Prata e Carlos Manuel Abrantes Ferrão, que compareceram na sessão. -----

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, Flávio Miguel Tacanho Massano, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, Sérgio Daniel Paiva Marcelo e os Senhores Vereadores, Tomé Isento Branco Lopes, Nuno Manuel Matos Soares e Ângela Maria Luís Muxana. -----

----- Cerca das **dez horas**, o Senhor Presidente da Mesa, cumprimentou todos os presentes, declarou, oficialmente, aberta a sessão, dando nota que a mesma estava a ser transmitida, pela primeira vez, *online*. -----

Em seguida, deu nota das substituições dos membros da Assembleia Municipal e solicitou a dispensa da leitura da Ordem de Trabalhos, uma vez que, a mesma foi previamente distribuída. Informou o público, que sempre que pretenda fazer uma intervenção, só o poderá fazer no início da sessão, mediante autorização prévia da Assembleia Municipal e respetivo preenchimento da declaração de consentimento, para o tratamento de dados pessoais, de captação e difusão de imagem, no âmbito das referidas reuniões. -----

----- PONTO 1. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

J

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 06/2022, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que foram lançadas algumas correções ao documento em apreço, que se prendem com a retificação de meras gralhas. Aludiu que, no dia anterior, recebeu uma mensagem do Senhor MAM José Manuel Cardoso dando conta que verificou algumas falhas na ata supracitada. Face ao exposto, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor MAM José Manuel Cardoso, no uso da palavra, saudou todos os presentes. Referiu que, a leitura dos documentos de suporte a esta reunião ocuparam-lhe algum tempo e só no dia anterior tinha conseguido ler a ata em apreço. Dessa leitura verificou alguns erros. Por outro lado, há questões que formulou que não foram vertidas para a ata, mas constam as respostas do Senhor Presidente às mesmas. -----

Explanou que como se trata de algumas correções, por forma agilizar os trabalhos desta reunião, propôs que se adie a votação da ata n.º 06/2022 para a próxima reunião, tendo entregado as referidas correções à Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor MAM Albino Cardoso, fez uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Referiu que, da leitura da referida ata, tinha dado conta de alguns pormenores que não alteram o sentido da frase, contudo solicitou que se proceda às seguintes correções: na página 153, na 18.º linha, onde se lê: "*afiliação*", deverá ler-se: "*aflicção*"; na página 168, na 3ª linha, onde se lê: "*passagens hidráulicas novas*", deverá ler-se: "*passagens hídricas novas*". -----

Declarou que o GCE Manteigas 2030 nada tem a opor que a ata em apreço seja corrigida e votada na próxima reunião. -----

----- A Assembleia Municipal decidiu remeter a votação da ata supracitada para a próxima reunião. -----

PONTO 2. -----

CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE RECEBIDO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu nota que, tal como tem sido prática desta Assembleia Municipal, o expediente recebido tem sido reencaminhado para os Senhores MAM.-- Não havendo mais informações a prestar deu como encerrado este ponto da ordem de trabalhos. -----

PONTO 3. -----

INTERVENÇÕES DOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu como abertas as inscrições dos Senhores MAM que desejassem usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos. Por ordem de inscrição concedeu a palavra ao Senhor MAM Rogério Batista. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor MAM Rogério Batista, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Referiu que Bancada do Partido Socialista pretende deixar patente o seu desagrado por aquilo que considera ser uma postura invasiva do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gouveia. A primeira vez que essa postura foi notória remota às enxurradas em Sameiro, onde o referido autarca, na qualidade de Presidente da CIM BSE, em vez de apaziguar a população, acabou por incendiar mais o momento que se vivia. Por sua vez, o encerramento da E.R. 338, antecipa uma situação que apenas cabe ao Município de Manteigas abordar e informar e não ao Presidente da Câmara de Gouveia. -----

Em nome da Bancada do Partido Socialista, apresentou condolências à família do Senhor Joaquim Ribeiro Serra, que durante anos desempenhou funções como trabalhador deste Município. -----

----- O Senhor MAM António Miguel Carvalho, fez uso da palavra, saudou todos os presentes. Colocou duas questões prévias, ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao ponto de situação da Estrada da Ribeira; o que foi decido nas reuniões entre o Município de Manteigas e as várias entidades competentes sobre essa matéria. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões prévias suscitadas pelo Senhor MAM António Miguel Carvalho. Apresentou os seus cumprimentos a todos os presentes e em seguida, informou que no que concerne à estrada da Ribeira, decorreu na última quarta-feira, no Município, uma reunião com as Infraestruturas de Portugal, ANPC, GNR de Montanha e ICNF. -----

Confirmou que ainda antes da realização desta reunião houve alguém do Município de Gouveia que se antecipou e tornou público o encerramento da estrada supracitada. -----

Explanou que na referida reunião as várias entidades manifestaram que a E.R. 338 não tinha condições para permanecer aberta ao trânsito, tendo sido apresentado um relatório de monitorização que foi realizado, no qual indicava que os episódios de queda de pedras na referida estrada estavam a suceder independentemente do estado do tempo. -----

Informou que nessa reunião deixou claro o seu profundo desagrado pela decisão de encerramento da estrada, tendo referido que tem de se apontar alternativas, ter um plano de intervenção urgente e eficaz e que isso é competência das Infraestruturas de Portugal. -----

Deu conhecimento que após esta reunião entrou em contacto com a Senhora Ministra da Coesão Territorial e com o Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação. Aludiu que das várias reuniões tidas neste contexto, se exigiu uma resposta rápida, tendo-se questionado sobre o tempo que seria necessário para estabilizar as encostas. Explanou que vai ser estruturada uma equipa de trabalho com o LENEC, no sentido de se estudar a viabilidade da encosta. Após este estudo, será feito um caderno de encargos, um concurso público e só depois a empreitada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Aludiu que como alternativa foi estudada a estrada das Lameiras, mas não foi considerada viável por ser uma estrada em terra batida e não corresponder aos padrões mínimos de segurança exigidos pelas Infraestruturas de Portugal. -----

Quanto à estrada da Serra de Baixo será feito o pedido de viabilidade, para se arranjar essa via, junto do ICNF. Numa primeira fase, será realizada uma intervenção provisória, de pavimentação em *tout-venant*; numa segunda fase pretende-se uma solução a longo prazo, com uma pavimentação betuminosa. Quanto ao primeiro pedido a Senhora Diretora do ICNF indicou que se pode avançar, e tal será feito em parceria com os Baldios de São Pedro. -----

As respostas que existem por parte do Governo e das Infraestruturas de Portugal é que a segurança está em primeiro lugar, sendo que esta última entidade começou a monitorizar a referida estrada logo após o incêndio e não previa o seu encerramento. -----

----- O Senhor MAM António Miguel Carvalho, tomou novamente a palavra, sublinhou que foi um ano terrível para Manteigas, contudo há coisas que poderiam ter sido acautelas, pois após o incêndio era previsível que a estrada fosse encerrada, sendo que aquilo que se exigia ao Executivo é que, logo na altura, tivesse entrado em contacto com as Infraestruturas de Portugal, de modo a discutir este assunto e neste momento já existiria uma alternativa.-----

Frisou que tanto a estrada das Lameiras, como a estrada da Serra de Baixo são vias municipais, logo não são da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. Por sua vez, o Município tem dinheiro em caixa suficiente para arranjar uma das estradas, não precisa de esperar pelas Infraestruturas de Portugal para haver uma solução ao problema. Com o atual cenário o concelho vai passar todo o inverno sem uma alternativa. Deu nota que teme pelos restaurantes do concelho. Apelou que o Senhor Presidente no futuro seja mais pró-ativo.-----

Elogiou o Mercadinho de Natal, bem como a localização escolhida para a sua realização e a iluminação de Natal. Do seu ponto de vista a rua 1ª de Maio e a rua Dr. Sobral devem merecer a mesma atenção. No que concerne à festa de Passagem de Ano, na sua opinião o local escolhido, junto às Bombas de Gasolina, não será o melhor, pois como é de conhecimento trata-se de uma noite em que há sempre alguns excessos, por outro lado trata-se de uma via com algum trânsito, tendo nas redondezas pelo menos três unidades hoteleiras. -----

Interpelou qual o ponto de situação do 1º Direito, sendo que o Município de Manteigas foi pioneiro no diagnóstico de habitação. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para prestar esclarecimentos relativamente ao fecho da E.R. 338. Declarou que a Câmara Municipal não ficou reativa e nem era expectável que a estrada fechasse. Esperava-se que a estrada pudesse fechar somente em situações mais complexas, quando houvesse determinados avisos meteorológicos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Esclareceu que logo após o incêndio, a Câmara falou com as Infraestruturas de Portugal – Delegação da Guarda, expondo que se trata de uma estrada importante para Manteigas e que não podia fechar, sendo que a referida entidade nunca colocou a hipótese de se proceder ao encerramento definitivo da estrada. -----

Salientou que aquela encosta e a estrada nem sequer é da Câmara Municipal, sendo que após tudo o que aconteceu, depois do incêndio, é difícil para o Município ter a capacidade e meios para dar resposta ao que é da competência dos outros. -----

A partir do momento que se falou no encerramento da estrada, entrou-se em conversações com os Baldios que se demonstraram disponíveis para fazerem a intervenção, em conjunto com o Município, falou-se com o ICNF. Em suma, o Executivo não ficou reativo perante a situação. ----

Declarou que se a estrada da Serra de Baixo for a única alternativa e se for necessário a autarquia investir, a mesma está disponível para o fazer. -----

----- O Senhor MAM José Manuel Matos, em representação do GCE Manteigas 2030, apresentou um requerimento à Mesa da Assembleia Municipal, que leu e que em seguida se reproduz:

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Manteigas

Na qualidade de membro deste órgão venho, por este meio, requerer uma nova análise de algumas das disposições, constantes no Regimento da Assembleia Municipal de Manteigas.

Como referido em sessões anteriores, a bancada do Manteigas 2030 considera que uma das disposições, constante do presente diploma, é desconforme à lei, mais em específico, o artigo 15.º n.º 2.

Analisando o mencionado artigo 15.º, estatui o referido preceito, no seu número 2, que apenas os partidos políticos e coligações dos mesmos podem apresentar propostas de listas à mesa da Assembleia, onerando os membros que não pertencem a nenhum partido a unirem-se em grupos de, pelo menos, 10 pessoas.

Ora, tal como cria um privilégio para os partidos políticos que não encontra sequer par em nenhum órgão soberano. Relembro que o próprio Regimento da Assembleia da República, órgão máximo legislativo no nosso país, apenas restringe a apresentação de listas a um mínimo de 1/10 dos membros do órgão. Ora, tendo a nossa Assembleia Municipal um total de 19 membros (se tivermos em conta os presidentes de junta), qual o sentido de exigir uma maioria absoluta para apresentar candidaturas à mesa?

Na verdade, a maioria aqui exigida para apresentar uma candidatura é a maioria necessária para a mesa ser eleita.

Ademais, lembrar que não existem garantias de que qualquer partido eleito tenha um número de membros igual ou superior a 10, isoladamente ou em conjunto. Parece claro que o que está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

aqui em causa é um benefício aos partidos políticos, que não encontra norma habilitante em qualquer lei.

Fazendo uma breve análise, verifica-se que a Lei Orgânica dos Partidos Políticos não atribui nenhum direito especial, neste campo, aos partidos políticos. Para tal, chamo a atenção para o artigo 10.º, com a epígrafe “Direitos dos Partidos Políticos”, e em lado algum se vislumbra tal privilégio.

Saliento, ainda, a Lei 1/2002, que, no que à capacidade eleitoral passiva diz respeito, permite aos grupos de cidadãos eleitores a candidatura aos órgãos autárquicos, sem para tal criar restrições, diferenciações, submissão e/ou dependência relativamente ao papel que os membros eleitos por estes movimentos podem desempenhar durante o seu mandato.

Em circunstância alguma, os grupos de cidadãos, no que aos órgãos autárquicos diz respeito, assumem uma dignidade ou subserviência a qualquer partido.

Como tal, fica patente uma violação ao princípio dentro da igualdade, no seu entendimento de igual tratamento do que é igual. Salientamos a importância deste princípio dentro da Constituição da República Portuguesa.

*O artigo 13.º, n.º 2 e da Constituição refere que “Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, **convicções políticas ou ideológicas**, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.” (sublinhado nosso).*

Refiro ainda o artigo 50.º e seguintes, também da Constituição, que refere que inelegibilidades a cargos públicos e eletivos apenas podem ser tidas em conta quando consagradas por lei e em casos de estrita necessidade, com respetiva justificação.

Ora, parece que o que aqui se defende não é um caso de necessidade, não só porque se está a exigir uma maioria absoluta dos membros do órgão para apresentação de lista (quando esta é exigida para vencer a votação), mas também porque pode dar-se o ridículo de um partido que tenha elegido 1 membro para o órgão poder apresentar uma candidatura à mesa quando um grupo de cidadãos eleitores com 9 membros não poderia.

Como tal, na incompreensão da razão de ser deste preceito, requeremos a sua retirada do atual regimento até à próxima assembleia, sob pena de termos de seguir para os meios jurisdicionais apropriados à resolução do problema.

Manteigas, 16 de dezembro de 2022

Os Subscritores,

Grupo de Cidadãos Eleitores Manteigas 2030”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor MAM José Manuel Cardoso recordou que o Senhor José Manuel Custódia Biscaia, na altura presidente desta autarquia, teve muitas reações negativas quando decidiu, juntamente com as Infraestruturas de Portugal, fechar a estrada da Ribeira quando nevava. Declarou que quer a estrada aberta, mas também quer segurança para quem nela transita. -----

Interpelou qual a razão de, após o incêndio, as Infraestruturas de Portugal não ter feito parte das entidades que reuniram com os Ministérios, pois era previsível que a E.R. 338 ia sofrer danos com esse incidente. Considerou que se essa entidade não foi chamada à colação, foi uma falha de quem coordenou no Governo estas reuniões e de quem celebrou os Contratos de estabilização de terrenos, sendo que essa encosta poderia ter sido contemplada. -----

No que concerne aos estudos que serão feitos na encosta do Vale Glaciário, recordou que aquando da realização do projeto de beneficiação da E.R. 338, esteve juntamente com o então Presidente da Câmara e o então Presidente da Assembleia Municipal, nas Infraestruturas de Portugal, no sentido de manifestarem o seu protesto perante tal projeto. Sendo que, na altura, o Diretor dessa entidade argumentou que não se podia alargar a referida estrada porque tinham sido feitos estudos que atestavam isso. Em suma, esses estudos já foram realizados. -----

Sublinhou que basta cair um “pingo” de chuva e encerra-se a referida estrada, situação que é benéfica para alguns concelhos vizinhos. -----

Fez alusão a um assunto que foi abordado em reunião de Câmara, o Viveiro das Trutas. Explanou que se trata de um lugar de visitaçao, inclusivamente é a zona mais visitada de Manteigas, logo não pode encerrar nos dias que tem mais gente. Deu nota que a Câmara fez uma candidatura ao PARES, subsidiada a 100%, a pedido do ICNF, nesse seguimento foram instaladas infraestruturas que propiciavam a visitaçao. Assim sendo, não pode essa entidade agora vir alegar que o espaço é simplesmente um posto aquícola, pois é muito mais do que isso. Reportou que, na segunda-feira anterior, o Serviço de Atendimento Permanente (SAP) esteve fechado todo o dia, solicitou que o Senhor Presidente esteja atento a esta situação, pois pode ser problemática para a população. -----

Referiu que deixou de receber os convites para os eventos da Câmara Municipal. Deixou uma sugestão, no sentido de documentos extensos, como por exemplo o Plano de Atividades e Orçamento, serem remetidos em formato PDF, pois facilita o estudo dos mesmos.-----

Teve conhecimento de mais um *e-mail* dos Bombeiros relativo ao Triatlo, sendo que julgava que este assunto já estaria sanado, dado que o Senhor Presidente tinha dito na última Assembleia Municipal que estava disposto a pagar o referido valor. -----

Deixou a sugestão de em vez de se disponibilizarem garrafas de água, nestas sessões, colocarem-se jarros com a água de consumo doméstico do concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Interpelou a Mesa da Assembleia sobre se vai atender ao pedido de agendamento de uma reunião extraordinária, formulado pela Assembleia de Freguesia de Sameiro, no sentido de se debater a problemática das consequências dos incêndios em Sameiro. -----

Sublinhou que ainda não foi dada resposta aos seus requerimentos, datados de 30 de agosto de 2022, sobre: os mapas de execução orçamental; a formulação da candidatura da sede do Geopark; o processo da Fábrica de Engarrafamento de Água; aquisição de endereços de correio eletrónico; relatório anual do estatuto do direito de oposição. -----

----- O Senhor MAM Luís Pedro Soares, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Interpelou sobre o que já foi feito relativamente à exposição apresentada pela Senhora Carina Biscaia, que se encontra a explorar a Mostra Gastronómica de Sameiro. Indagou qual o ponto de situação relativamente ao aluimento de via, ocorrido na rua Padre Zacarias Lucas Coelho em Sameiro, há dois meses. -----

No que concerne ao BUPI, georreferenciação dos prédios rústicos, inquiriu qual a execução no concelho, pois teve conhecimento que a nível da CIM a execução é péssima, apenas de 5%. Solicitou a limpeza da valeta junto ao cruzamento para o Ski Parque, pois, atendendo que esta cheia de entulho a água está a escoar para a estrada. -----

----- O Senhor MAM Albino Cardoso, fez uso da palavra, pediu que fosse feito um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo trabalhador do Município, Joaquim Ribeiro Serra, falecido. ---

----- A Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio em memória do Senhor Joaquim Ribeiro Serra. -----

----- O Senhor MAM Albino Cardoso, tomou novamente a palavra, fez alusão que tinha solicitado o agendamento de um ponto na ordem de trabalhos, contudo na conferência de líderes foi acordado que seria adiado para a próxima reunião, que terá lugar em fevereiro. -----

Solicitou que a Câmara encetasse esforços no sentido de todas as pessoas que tiveram prejuízos quer nos incêndios, quer nas enxurradas, bem como aqueles que venham a ter prejuízos pelo encerramento da E.R. 338 venham a ser ressarcidos pela autarquia ou pelo Governo. -----

Deu nota de que foi recebida uma moção, aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal de Belmonte, que gostaria que tivesse sido mencionada na ordem de trabalhos, mas assim não aconteceu. Nesse seguimento, interpelou se a mesma vai ser apreciada e deliberada por este órgão autárquico. -----

Aludiu que o Viveiro das Trutas já há muito tempo que foi oferecido às autarquias para exploração e nunca ninguém se preocupou. A partir dos anos 90, quando foi extinta a Administração Florestal de Manteigas e entregue ao ICNF, perdeu-se a identidade com o Viveiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

das Trutas e com toda a atividade que a Administração tinha sob a sua responsabilidade, para ficarmos dependentes de organismos estatais que desconhecem a realidade do concelho. -----
Leu uma moção, que entregou à Mesa da Assembleia Municipal e que em seguida se transcreve:

“Moção

Em Junho passado, por e-mail enviado pela Mesa da Assembleia Municipal de Manteigas, ficámos a saber do recebimento de uma carta aberta com data de 31.01.2022, dirigida a esta Mesa da Assembleia Municipal e outras entidades, referindo a intenção de a Câmara Municipal da Covilhã mandar construir dois miradouros em zona limite de Manteigas.

Referia esse e-mail, a disponibilidade do seu autor demonstrar em Assembleia Municipal, que a pretensão da Câmara da Covilhã, carecia de legitimidade, porquanto o local onde iriam (neste momento já foram inaugurados), construir os referidos miradouros, se situavam em território de Manteigas.

Fundamentou o argumento, dizendo que os limites incertos em sede de PDM – Manteigas, foram alterados pelas autoridades autárquicas de então, aquando da aprovação deste documento em 1993.

Sustentou também que os limites com os concelhos da Covilhã e de Seia, que também foram alterados no PDM de Manteigas, estão definidos no Decreto-Lei n.º 24.647 de 13 de Novembro de 1934, publicado na I Série n.º 67 do Diário do Governo.

Informou que a Câmara da Covilhã pediu autorização aos Baldios de S. Pedro Manteigas para construir os miradouros.

Termina a sua carta aberta dizendo. “Os cidadãos de Manteigas têm o direito de saber o que irão as entidades a quem esta carta aberta é dirigida, para que os limites do território de Manteigas continuem invioláveis”, fim de citação.

Na boa aceção da palavra, estranhei na altura, que a carta não tivesse sido apresentada na Assembleia de fevereiro, como devia, ao contrário daquilo que agora acontece, e bem, com outras comunicações enviadas para a Assembleia Municipal.

Requeri cópia da mesma, que me foi facultada em setembro e que hoje aqui apresento e faculto para quem não a tiver.

Quando se refere que os cidadãos de Manteigas têm o direito de Saber, subscrevo a afirmação e pergunto: Passado quase um ano, o que é que a Mesa da Assembleia já providenciou sobre o assunto?

Porquê responsabilizar agora os atuais autarcas, quando a responsabilidade pela aprovação do PDM aconteceu em 1993?

Porque é que depois de denunciado pelo Notícias de Manteigas em 1993, nada foi feito?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O que têm a dizer os autarcas da época, e temos um deles aqui entre nós?

Será que também aqui a culpa vai morrer solteira, apesar da violação grave do Decreto-Lei citado?

Perante o atropelo e a afronta, apesar da lacuna grave no nosso PDM, é urgente que se desenvolvam todas as iniciativas ao nosso alcance para repor e recuperar um território que é nosso por direito.

Perante o que fica exposto, apelo às forças partidárias aqui presentes e autores do Plano Diretor Municipal, que desenvolvam iniciativas tendentes a corrigir o erro cometido em sede de PDM em 1993, independentemente das ações urgentes que forem ou foram desenvolvidas pelos atuais autarcas.

Manteigas, 16 de dezembro de 2022.

Albino Saraiva Cardoso

Daniel António Quaresma Costa

Filipa Daniela Santos Registo

José Manuel Biscaia Matos

Ana Sofia Martins Prata

José Manuela Craveiro Carvalho.”

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa, no uso da palavra, reiterou um assunto já abordado por si em anterior reunião, que se prende com o condicionamento de trânsito da estrada que liga a Praça da Loiça à Escola C+S. Informou que, há cerca de dois meses, dois carros ficaram presos naquela rua, tratavam-se de turistas que desconheciam o território, tendo ambos ficado com as respetivas viaturas muito danificadas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra para responder à questão suscitada pelo Senhor MAM José Manuel Cardoso sobre o pedido de agendamento de uma reunião extraordinária. Esclareceu que referido *e-mail* foi enviado inicialmente para a Câmara Municipal, com conhecimento ao Órgão Deliberativo. No seu entendimento deve-se aguardar por uma posição da Câmara Municipal e, em função da mesma, se convocar essa Assembleia Extraordinária, caso a Câmara não solicite esse agendamento terá de ser o Presidente da Assembleia a fazê-lo. -----

No que concerne à moção supracitada, referiu que a Mesa da Assembleia está disponível para aceitar propostas. Verificando que não havia a apresentação de propostas, a Assembleia tomou o devido conhecimento do documento avocado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara fez uso da palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Membros da Assembleia Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No que concerne à festa de passagem de ano junto às bombas de gasolinas, assegurou que será protegida essa área. Explanou que foram consideradas outras localizações, contudo aquela zona apesar de ter alguns riscos, foi considerada a melhor opção para poder receber um camião-palco, devido às suas características. Informou que apenas haverá espetáculo se as condições atmosféricas assim o permitirem e será encurtado em termos de duração, para que a partir de uma certa hora não cause incômodos aos residentes e unidades hoteleiras situadas nessa zona. -----

No que concerne ao processo do 1º Direito, anuiu que foi feito um trabalho inicial pioneiro, mas depois não teve continuidade pelos motivos que são públicos, uma vez que o IPG, na altura, terá dito mais do que deveria e as partes indispuseram-se. Informou que, neste mandato, quando tomaram posse, tiveram algumas reuniões com o IPG no sentido de se tentar recuperar o processo, mas não houve vontade da outra parte. Face ao exposto, será adjudicada a realização de um novo diagnóstico a uma outra entidade, com trabalho já realizado em outras autarquias do país, que se propõem a executá-lo entre três e seis meses, apresentando também as soluções, que era a fase seguinte desse processo. -----

No que concerne às questões suscitadas pelo Senhor MAM José Cardoso, anuiu que, efetivamente, o Ministério que tutela as Infraestruturas de Portugal nunca foi chamado para as reuniões que abordaram a temática do pós-incêndio. Informou que já há uma solução para o Viveiro das Trutas, que entrará em vigor a partir de janeiro, abrindo portas ao fim de semana entre as 10h30 e as 15h30, sendo esse horário afixado para conhecimento do público. -----

No que concerne ao SAP, fez votos que realmente tenha sido um episódio esporádico e que não se volte a repetir. Relativamente à questão dos convites, aludiu que certamente terá sido um lapso. Deu nota que no que respeita aos correios eletrónicos o processo já está em marcha e no início do próximo ano todos os Membros da Assembleia terão um *e-mail* institucional. -----

Concordou como o Senhor MAM José Cardoso, no sentido de os documentos serem remetidos em PDF, para facilitar a respetiva consulta, assim como já está pensada a substituição de água engarrafada pela água de consumo doméstico. No que concerne aos requerimentos avocados, afirmou que são para responder o quanto antes. -----

Explanou que a exposição formulada pela Senhora Carina Biscaia, numa missiva remetida à Assembleia Municipal, onde aborda vários temas, a maior parte deles não são da responsabilidade da Câmara e os que cabe à autarquia resolver serão assumidos, tais como o pagamento de refeições e cafés. A munícipe com a sua boa-vontade permitiu que no local fosse instalado o posto de comando, se houve algum abuso por parte das entidades que fizeram parte desse posto de comando, pedia desculpas pelo sucedido, embora nesse âmbito a Câmara não tenha qualquer responsabilidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No que concerne ao aluimento ocorrido em Sameiro, a *E-redes* já tirou, finalmente, o poste que o Município tinha pedido que fosse retirado, logo após se verificar essa ocorrência. Esclareceu que não pode ser feita uma intervenção maior sem haver a autorização da APA. Neste momento, estão a ser feitos estudos para posteriormente se intervir, de modo a se obter uma solução duradoura, contudo só a partir da primavera será possível intervir. -----

Relativamente à execução da georreferenciação dos prédios rústicos, admitiu que Manteigas é dos concelhos do país que está mais atrasado nesse processo, uma vez que o mesmo esteve parado durante muito tempo. Esta situação também se deve às características do concelho, repleta de propriedades muito pequenas. Por outro lado, a CIM também teve responsabilidades neste atraso, pois só agora vão ser contratados dois técnicos para o efeito. Nenhuma CIM, nem qualquer concelho do país está a cumprir o que estava estipulado pelo programa e o Governo vai rever os objetivos. -----

Aludiu que a estrada junto ao cruzamento do Ski Parque, alaga sistematicamente, a autarquia pode proceder à limpeza das bermas, mas essa é uma responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, a quem será comunicada essa situação. -----

No que respeita à sugestão apresentada pelo Senhor MAM Albino Cardoso, entende o alcance da mesma, contudo a palavra “ressarcir” pressupõe o assumir de uma culpa, que ninguém tem quando se trata de uma catástrofe natural. Por outro lado, o Orçamento Municipal também não permite tal feito. Deu nota que o Governo anunciou um apoio para estas situações, pouco mais de mil euros (1.000,00€), mas que ainda não foi disponibilizado. -----

Disse julgar que a rua que liga a escola C+S à Praça da Loiça, está sinalizada como estando proibido o trânsito a veículos com mais de dois metros. -----

Explanou que relativamente ao pedido de agendamento de uma Assembleia Extraordinária solicitada pela Assembleia de Freguesia de Sameiro, grande parte dos motivos avocados para esse agendamento já têm procedimentos em marcha, logo a referida reunião não vem acrescentar nada. Por sua vez, a Assembleia Municipal elegeu uma comissão para acompanhar esses trabalhos e caso tenham dúvidas, podem questionar o Município e consecutivamente passarem essa informação. -----

Esclareceu que desde o primeiro momento, foi dito a Associação dos Bombeiros Voluntários de Manteigas, que no entendimento da autarquia, esta última organizou em parceria com a entidade EGT o Triatlo, porque foi pago um valor para essa entidade organizar o evento, e por outro lado, o Município disponibilizou os trabalhadores e meios logísticos para a realização da referida prova. Explanou que se AHBVM tem um entendimento diferente, que fature o serviço à Câmara Municipal, que está última assumirá esse pagamento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Alegou que como o ambiente dessa associação para com a autarquia é de crispação, enviaram o processo para o Ministério Público para se averiguar se o Município está a lesar a AHBVM. ---

----- O Senhor MAM José Manuel Cardoso, fez uso da palavra, disse não concordar que empresas que prestam serviços para o Município e que são bem pagas para o efeito, ainda peçam à autarquia que disponibilize trabalhadores e Bombeiros para executarem serviço para uma empresa que tem fins lucrativos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou que esta situação serviu de exemplo e aprendizagem para outras provas que se sucederam, tendo o Município transmitido a essas entidades que deveriam, elas próprias, tratar do processo com as Forças de Segurança, os Bombeiros, etc. Sublinhou que embora pudesse ser uma prova organizada por uma empresa ou associação com fins lucrativos ou não, o Município colaborou como sempre fez, por forma a agilizar. Neste momento, para não serem acusados de lesar quem quer que seja, essa responsabilidade foi passada para as entidades que organizam as provas.-----

----- O Senhor MAM Luís Pedro Soares, tomou novamente a palavra, sugeriu que enquanto não houver solução técnica para o aluimento em Sameiro, pelo menos que se reforce a segurança do local. -----

----- O Senhor MAM Albino Cardoso, no uso da palavra, recordou que a Moção que apresentou tem de ser votada por este órgão deliberativo. -----

----- A Senhora Segunda Secretária, Inês Carvalho, leu novamente a Moção apresentada pelo Senhor MAM Albino Cardoso, e já reproduzida na presente ata. Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa colocou a referida Moção à discussão da Assembleia Municipal. Verificando a Intensão do Senhor MAM José Cardoso em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor MAM José Cardoso explanou que as questões colocadas são pertinentes, mas não devem ser expostas numa Moção. Aludiu que quem aprovou o PDM, em 1993, fê-lo tendo em conta a carta militar, que por sua vez tinha os limites errados. Declarou que concorda integralmente com o texto da Moção, contudo, interpelou sobre o que se vai votar. -----

----- O Senhor MAM Albino Cardoso esclareceu que os últimos parágrafos da Moção são claros quanto ao que se pretende com a mesma, o resto do texto é história. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa avocou que, na reunião de junho do ano transato, aquando da intervenção do Senhor José Maria Saraiva, que veio expor a mesma temática, ficou claro que iriam ser encetados esforços pelo Senhor Presidente da Câmara de Manteigas junto do Senhor Presidente da autarquia da Covilhã, no sentido de se chegar a um consenso. -----

Relativamente aos Baldios, foi concedida uma pequena área em termos de cedência precária. --

----- O Senhor MAM Daniel Costa solicitou a palavra para esclarecer que independentemente de o assunto já estar a ser tratado, pretende-se com esta Moção tomar uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

posição e apelar às forças partidárias para continuem a trabalhar neste tema. Explicou que não se pretende respostas às questões formuladas no texto, pois são meramente história. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Moção supracitada, tendo **sido aprovada por maioria, com doze votos a favor e sete abstenções**. Verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da ordem de trabalhos, deu-o como encerrado. -----

----- PONTO 4. -----

----- **Período da Ordem do Dia** -----

----- PONTO 4.1. -----

DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTE AO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – APLICAÇÃO DA TAXA DO IMI FAMILIAR. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a discussão, indagando se algum Membro da Assembleia desejaria usar da palavra sobre o assunto. Por ordem de inscrição, concedeu a palavra ao Senhor MAM José Manuel Cardoso. -----

----- O Senhor MAM José Manuel Cardoso felicitou o Órgão Executivo por esta iniciativa, contudo lamentou que os valores a reduzir sejam tão simbólicos. Deixou uma recomendação à Câmara no sentido de penalizar, em termos de IMI, os prédios em ruína e devolutos, que de acordo com o código do IMI pode ir até 300% de agravamento. -----

----- O Senhor MAM Albino Cardoso subscreveu a intervenção do Senhor MAM José Manuel Cardoso. Deu nota que vai haver 159 agregados familiares bafejados com esta medida, dos quais 97 agregados familiares com um filho, 58 agregados familiares com dois filhos e 4 agregados familiares com três ou mais filhos. Na sua opinião quem tem três ou mais filhos é penalizado, porque não é beneficiado na mesma proporção, para um são vinte, para dois são quarenta, mas para três ou mais são setenta. -----

Em suma, no primeiro agregado há um benefício de 1.940,00€, no segundo agregado 2.320,00€, no terceiro caso 280,00€, para quatro agregados o que dá um total de 4.540,00€. Refletiu que gostariam que este valor fosse maior, pois era sinal de o concelho tinha população ativa e com filhos. -----

----- O Senhor Presidente explanou que os valores em causa, foram definidos com base no código do CIMI, sendo que o Município vai aplicar ao máximo permitido no disposto legal. No que concerne à explanação proferida pelo Senhor MAM José Cardoso, disse que é intenção deste Executivo, no próximo ano, agravar as taxas de IMI sobre os imóveis degradados. -----

----- O Senhor MAM António Miguel Carvalho, no uso da palavra, assegurou que a Câmara terá o apoio do partido Socialista na tomada dessa medida, uma vez que não faz sentido que existam tantas casas devolutas e em ruína no concelho, quando temos um grave problema de habitação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não existia mais inscrições para intervir sobre a matéria em apreço, colocou à votação a proposta mencionada em epígrafe, a qual foi **aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor.** -----

----- PONTO 4.2. -----
DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DO SUPLEMNETO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 93/221, DE 09 DE NOVEMBRO. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando não haver inscrições para intervir sobre a matéria em apreço, colocou à votação a **proposta de atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade**, tendo sido **aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor.** -----

----- PONTO 4.3. -----
DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO DECRETO-LEI N.º 35/29, DE 23 DE OUTUBRO. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, explicou que a proposta em apreço visa alterações ao regulamento supracitado, contempladas no próprio orçamento e mapa de pessoal para 2023. Esclareceu que tal resulta do facto de se ter verificado, no último ano, que há serviços importantes para o Município que não estavam bem vinculados ou nem sequer existiam na autarquia. Por outro lado, é das poucas autarquias que não tem uma estrutura intermédia de auxílio aos Chefes de Divisão, como tal pretende-se criar uma estrutura intermédia, com quatro dirigentes de terceiro grau, que vão agrupar alguns serviços, tendo uma responsabilidade acrescida. -----

Explicou que a criação destas unidades pode trazer respostas mais céleres para o Município, com melhor organização dos serviços. Por outro lado, torna a estrutura do Município mais apelativa, trazendo também um incremento no vencimento desses trabalhadores, sendo esta uma forma de motivação, quer para os trabalhadores do Município que podem concorrer a esses concursos ou a pessoas externas. -----

A outra finalidade desta alteração foi retirar alguns departamentos da superintendência das divisões e colocá-los diretamente sobre a alçada do Executivo Municipal, como por exemplo o Marketing, Turismo, Comunicação e o GAI, por se considerar que são áreas estratégicas. -----

Foram modificados alguns serviços por forma a adaptá-los à realidade atual. Foram criados dois serviços novos; mantêm-se as duas divisões, mas com quatro serviços: Apoio Jurídico e Contencioso; Cultura que agrega o Arquivo Municipal e a Biblioteca; Ordenamento do Território e Urbanismo com duas novas áreas – Estudos e Projetos/ Urbanismo; Ambiente, Transição



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Climática e Floresta, que engloba o Gabinete Técnico Florestal e o Gabinete de Águas e Resíduos. O objetivo é prestar o melhor serviço à população. -----

----- O Senhor MAM António Miguel Carvalho, tomou a palavra, concluiu que o documento em apreço prevê quatro novos lugares de coordenação, não havendo qualquer garantia que sejam ocupados por trabalhadores do Município. Interpelou se há a necessidade de a autarquia ter mais quatro técnicos superiores que serão coordenadores. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que no seu entendimento justifica-se, pois trata-se de uma estratégia da Câmara Municipal em ter uma estrutura mais apelativa, com diferentes níveis de responsabilização, permitindo libertar os Chefes de Divisão para o planeamento e organização dos serviços e respondendo a uma necessidade antiga deste Município, pois tem falta de recursos humanos para executar o serviço. Se for uma pessoa externa ao Município a ganhar o procedimento concursal, também pode trazer novos conhecimentos e uma nova visão à autarquia. -----

Outra justificação, prende-se com a necessidade de dar resposta aos fundos comunitários e à complexidade de assuntos que diariamente dão entrada na autarquia. Considerou que esta revisão do Mapa de Pessoal é consciente e adequada à realidade do Município. -----

----- O Senhor MAM António Miguel Carvalho, refletiu que desenvolveu trabalho nesta autarquia até há bem pouco tempo e reconhecia que havia escassez de recursos humanos. Na altura, tentou-se colmatar essa situação abrindo um concurso com reserva de recrutamento. Reconheceu que é necessário um técnico superior de turismo, é obrigatório ter um coordenador de proteção civil e há um conjunto de técnicos superiores que fazem falta ao melhor funcionamento do Município. -----

Ainda assim, a criação destes quatro cargos de direção intermédia leva-o a ver com alguma relutância esta nova organização interna dos serviços do município, porque nada garante que estes cargos serão ocupados por trabalhadores da autarquia. -----

Questionou se a aprovação deste ponto apenas se prende com o novo organograma proposto pelo Executivo, não interfere em nada com as contratações, nem com o Mapa de Pessoal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que para se contratar as pessoas tem de existir um documento que regulamente as funções que as mesmas vão desempenhar. Explanou que o facto de no Mapa de Pessoal estarem previstos os lugares, para os quatro cargos de direção intermédia, não significa que sejam abertos todos no ano de 2023. Por outro lado, se estes postos forem ocupados por trabalhadores do Município, não se vai ter mais quatro técnicos superiores, pois esses trabalhadores apenas assumem novas funções. Só existirá um aumento no número de técnicos superiores se esses cargos forem ocupados por trabalhadores externos, mesmo assim ficarão em comissão de serviço, não farão parte do Quadro de Pessoal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor MAM Daniel Costa, fez uso da palavra, interpelou se no artigo 15º relativo à contabilidade, as regras e documentos do POCAL não devem ser substituídos pela nova norma do SNC. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **proposta de alteração ao regulamento de organização interna dos serviços municipais**, tendo sido **reprovada com seis votos a favor, nove votos contra e quatro abstenções**. -----

----- PONTO 4.4. -----

APRECIÇÃO SOBRE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS (ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6º, DA LEI N.º 8/212, DE 21 DE FEVEREIRO E N.º 1, DO ARTIGO 12º, DO DECRETO-LEI N.º 127/212, DE 21 DE JUNHO. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando não haver inscrições para intervir neste ponto da ordem de trabalhos, colocou à votação a **Autorização Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos, tendo sido aprovada por unanimidade**. -----

----- PONTO 4.5. -----

DELIBERAÇÃO SOBRE A REVISÃO Nº 3 AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2022. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, declarou abertas as inscrições para quem desejasse intervir sobre o assunto em apreço. Não tendo havido qualquer inscrição, colocou a **Revisão n.º 03 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022**, à votação, **tendo sido aprovada por unanimidade**. -----

----- PONTO 4.6. -----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, aceitou as inscrições, dos Senhores Membros da Assembleia Municipal que manifestaram interesse em intervir, por ordem de inscrição concedeu a palavra ao Senhor MAM José Manuel Cardoso. -----

----- O Senhor MAM José Manuel Cardoso, no uso da palavra, leu um texto que em seguida se reproduz:

“Graças a uma conjugação de fatores e circunstâncias, designadamente:

- herança de quase dois milhões do executivo anterior, que entretanto atingiu os três milhões pela inércia e pela mais baixa execução de despesa de investimento de que há memória no ano em curso (17,8% em 21/11/22);*
- oportunidade de apresentação ainda das derradeiras candidaturas ao Portugal 2020;*
- oportunidades excepcionais conferidas pelo Plano de Recuperação e Resiliência em curso;*
- Contratos celebrados com a administração central em consequência dos trágicos incêndios de agosto;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Diz-se, com toda a propriedade no plano de atividades, que 2023 vai ser um ano ímpar (ninguém discorda) e que o “orçamento para 2023 é o mais ambicioso, mais abrangente e mais robusto dos últimos anos”.

O Município de Manteigas vai ter uma receita histórica de cerca de 11.640 milhões de euros.

Quer dizer que em termos de receita a situação não podia ser mais favorável e ainda vai ser potenciada com a incorporação dum generoso saldo de gerência.

Colocam-se sérias reservas ao montante que se prevê arrecadar com projetos cofinanciados por fundos europeus no montante de 1.386.000 euros, uma vez que não há candidaturas que se aproximem desse montante e quando as houver é necessário executar as obras e serem pedidos, recebidos e contabilizados os reembolsos.

Comparando com o Orçamento para 2022, a receita corrente tem um acréscimo de dois milhões duzentos e cinquenta e três mil euros e a receita de capital de um milhão setecentos e oitenta e um mil euros.

A despesa total acompanha naturalmente o aumento da receita, mas há um aumento preocupante de 43% da despesa corrente em 2023 que não tem sustentação na receita em anos futuros, o que significa que é necessário conter a despesa corrente, evitando-se despesas fixas com carácter permanente.

Por esse motivo, é imprudente a proposta de novo Organograma dos serviços, que poderia vir a onerar a despesa em cerca de 150.000 euros, assim como o novo mapa de pessoal com criação de 23 novos lugares. Bastaria a admissão de 8 novos funcionários para que os encargos com pessoal atingissem cerca de 160 mil euros.

A diminuição da população em cerca de 600 pessoas na última década deveria ser um fator inibidor de contratações de pessoal excessivas, assim como é de todo indispensável que se explique exaustivamente que despesa vai ser diminuída para compensar o acréscimo de cerca de 300.000 euros de eventuais despesas com pessoal.

Bem sabemos pelo que se lê no plano de atividades, que há pessoas que são “contra uma visão acomodada, simplista e até provinciana de gerir pessoas” e fico feliz por essas pessoas existirem. No entanto, nas áreas metropolitanas como na província, as contas fazem-se da mesma maneira, sem soluções milagrosas ou magia; por isso se escreveu, e bem, que estavam “conscientes de que os custos com pessoal terão um incremento considerável”.

Não nos tendo sido facultada a agenda de eventos como era usual há muitos anos, aguardaremos a sua publicitação trimestral para nos pronunciarmos.

É tempo de se pensar numa agenda de eventos com uma antecipação de dois anos, seguindo-se as boas práticas de algumas organizações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Analisemos o “orçamento mais ambicioso, mais abrangente e mais robusto dos últimos anos”, designadamente o Plano Plurianual de Investimentos, para confirmarmos ou infirmarmos tal adjectivação, começando pelas ações com maior dotação em 2023 iguais ou superiores a 50.000 euros:

Área de Localização de Empresas Locais – vão ser investidos 575.000 euros, ao que julgo, essencialmente em coberturas; não me parece que vá acolher mais indústrias, mais produção, mais postos de trabalho, mas era urgente melhorar as condições de funcionamento dos espaços, embora parcialmente; em jeito de recomendação deixamos a sugestão da instalação de uma travessia pedonal do rio Zêzere a ligar o parque ambiental à Área de Localização de Empresas e ao Ninho de Empresas.

Parque Ambiental da Fábrica do Rio – 360.400 euros;

Consolidação e Recuperação de taludes e margens (APA) – 357.120 euros;

Reabilitação do Caminho do Covão da Ponte – 338.200 euros; ainda bem que as críticas foram ouvidas;

Reabilitação do Edifício da Casa do Povo – 305.100,00 euros; os trabalhos decorrem de forma muito lenta ou não haveria um volume financeiro tão elevado para executar;

Regularização do Ski Parque – 304.750 euros; tanto a praia fluvial como o parque de campismo reúnem condições para serem concessionados, sem prejuízo da regularização da pista e do que vier a ser contemplado no Plano de Pormenor que já deveria estar concluído;

Vazão das passagens hidráulicas e pontões – 220.000 euros (APA);

Reabilitação da rede de percursos pedestres e BTT – 148.875,00 euros; não é claramente o “maior investimento de sempre” e está muito longe de o ser;

Requalificação da Envolvente à Fonte Santa – 125.000,00; não se encontra nenhuma explicação para a trapalhada na execução desta obra que ainda transita para 2023;

Requalificação do Largo da Liberdade – 120.000 euros; não há projeto, não há financiamento, só ficámos a saber que esta requalificação, incluindo a Rua 1º de Maio será das “mais ambiciosas e desafiantes transformações de sempre”; aguardemos;

Aldeia Tecnológica da Serra da Estrela – 120.000 euros; aguardemos;

Reabilitação de habitações – 100.000 euros (Uma habitação?);

Praia Fluvial da Várzea – 75.000 euros;

Requalificação do edifício A Lã e a Neve – 75.000 euros;

Plano de Pormenor das Penhas Douradas – 62.300 euros

Requalificação da Escola de Hotelaria – 60.000 euros;

Requalificação do antigo Posto da GNR – 50.000 euros;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

PERID – 50.000 euros (5 habitações, valores do início do programa: 6/11/2008), um mês para candidaturas?)

Neste conjunto vasto de ações, pertinentes sem dúvida, não se descortina uma estratégia de inovação, de diferenciação, de atração de empresas, de criação de novas condições de investimento, que conduzam a maior oferta de bens, produtos e serviços e qualificação do emprego.

O “Desporto Aventura” tem, justificadamente na nossa opinião, uma dotação de 100.000 euros, mas o Pró-Emprego tem 30.000 euros, igual à dotação para o empreendedorismo jovem, enquanto o Apoio à fixação de empresas, ao emprego e ao investimento se fica pelos 1.000 euros.

Um município que foi líder em políticas sociais só afeta 22.600 euros ao cartão do idoso (cerca de 60% da população)?

9.800 ao cartão júnior?

2.600 para comparticipação de medicamentos?

Para onde vamos?

Com oferta no ensino secundário em apenas duas áreas – humanidades + ciências e tecnológicas – que sentido faz a concessão de bolsas de estudo a alunos oriundos de localidades vizinhas que aqui permaneçam durante três anos?

O inovador “Observatório das alterações climáticas”, sobre o qual se diz que é “o maior projeto de sempre do Concelho de Manteigas”, com dotação de 50.000 euros para Estudos, nem sequer consta do Plano Plurianual de Investimentos e precede a conclusão do Plano de Pormenor das Penhas Douradas.

Um município deste modo tão preocupado, e bem, com as alterações climáticas, investe tostões na eficiência da rede de águas e saneamento e não utiliza de modo sistemático e eficiente o cadastro das redes tão desejado em décadas anteriores?

E a eficiência energética na iluminação pública? E as medidas de poupança de energia?

Estranhamente, depois dos incêndios de verão e das enxurradas do outono, a ação respeitante ao Fundo de Emergência Municipal não tem qualquer dotação financeira.

Um Município que se assume como “líder de políticas territoriais” coloca em pausa as UOPG’s do Covão da Ponte e do Covão da Ametade, as ARU’s de Sameiro e Vale de Amoreira, as ORU’s do espaço central da vila, da zona empresarial e ribeirinha e de Sameiro.

Um líder em políticas territoriais por certo acatará a recomendação de solicitar a revisão urgente do desadequado e pernicioso Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela.

De que nos serve um Programa de Revitalização do PNSE com um Plano de Ordenamento arcaico e desajustado?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Outra recomendação que aqui deixamos é de ser onerado o IMI das habitações abandonadas, devolutas ou em ruínas, nos termos do código do IMI.

Sobre o Centro de Energia Viva, na consulta aos apontamentos, o aviso enunciado há um ano. “será possível que este centro nunca venha a abrir”. Ainda bem que se falhou no prognóstico.

Entretanto, o Centro de Ciência de Montanha apagou-se de vez das GOP's.

No que respeita à concessão de águas de mesa de que o Município é titular não se viu sequer uma linha.

Os acordos de execução celebrados com as juntas de freguesia estão desgastados pelo tempo e pela inflação. Lamentavelmente os montantes que nos são propostos para aprovar são os dos contratos iniciais.

Em relação aos edifícios da Torre que foram disponibilizados às Câmaras de Manteigas, Seia e Covilhã, nada se diz no plano de atividades; qualquer esclarecimento ou evolução sobre este assunto são sempre bem-vindos.

O Município de Manteigas tem uma longa tradição no apoio ao associativismo no concelho, quer para investimento quer para o desenvolvimento regular de atividades. É do conhecimento público que as candidaturas da Santa Casa da Misericórdia e da AFACIDASE ao programa PARES foram aprovadas com uma taxa de participação de 80%. Também é do conhecimento público que na sequência da pandemia da Covid 19 e da situação inflacionária que está a afetar particularmente o setor da construção civil os orçamentos previstos em fase de candidatura sofreram um grande aumento, a rondar os 30%. Em pesquisa minuciosa nos documentos recebidos não foi encontrada qualquer referência de apoio a estes dois importantes investimentos. O grupo do PSD nesta Assembleia está inteiramente disponível e recetivo para aprovar uma revisão orçamental que a Câmara delibere apresentar no decorrer do ano de 2023 com a finalidade de subsidiar as duas importantes obras que se pretendem levar a cabo.

O orçamento participativo quase desaparece do orçamento à espera de uma reformulação que tarda e anuncia-se a variante jovem, também não regulamentada.

Os pareceres obrigatórios sobre as GOP's e o Orçamento do Conselho da Juventude e do Conselho Empresarial mais uma vez não foram elaborados nem apresentados, porque o primeiro não reúne e o segundo foi desmantelado fora dos órgãos municipais que para o efeito não foram ouvidos.

As GOP's e o Orçamento para 2023, bem como o cenário de potenciação da receita nos próximos anos são uma oportunidade única.

Deve deduzir-se, a partir das nossas considerações, que seríamos muito mais generosos na área social, no apoio ao emprego e ao investimento, na eficiência dos sistemas de água e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

saneamento ou na energia, na audição das juntas de freguesia e no diálogo com as associações.

Em contrapartida, seríamos mais prudentes na contenção da despesa corrente de carácter duradouro.

O grupo do PSD deseja um trabalho profícuo a todo o Executivo na execução de uma tarefa que por ser ambiciosa é também exigente.

Prosseguiremos no acompanhamento e avaliação contínua do trabalho realizado, indiferentes a foguetórios e jogos de promoção pessoal e populismos de quem quer que seja.”

(Fim de citação)

----- O Senhor MAM António Miguel Carvalho, fez uso da palavra, referiu que não encontrou nos documentos em apreço referência a apoios a conceder à Santa Casa da Misericórdia e à AFACIDASE, que à semelhança das restantes IPSS's do país, estão a ter dificuldade em fazer face perante aquilo que é a sua responsabilidade financeira nos projetos, tendo de recorrer às autarquias, isto porque os preços dos materiais de construção dispararam com a Guerra na Ucrânia. Neste contexto, questionou qual o valor previsto para apoiar a Santa Casa da Misericórdia e a AFACIDASE. -----

Inquiriu se está previsto um apoio para as famílias e empresas para fazer face ao aumento abrupto do custo de vida. Solicitou esclarecimentos sobre os seguintes investimentos previstos: seiscentos e setenta e cinco mil euros (675.000,00€) para o Parque da Várzea, tendo indagado se a APA já deu parecer sobre a intenção de se fazer nesse local uma praia fluvial; cinquenta mil euros (50.000,00€) para o antigo posto da GNR; cem mil euros (100.000,00) para a Lã e a Neve. Deu nota que, alguns trabalhadores do Município manifestaram alguma tristeza por se ter deixado cair o projeto do armazém destinado aos trabalhadores do exterior, que pretendia conferir a dignidade, que neste momento não têm. Considerou ser premente pensar-se numa alternativa que lhes confira melhores condições de trabalho. -----

No que concerne ao Largo da Liberdade e Praça Central da Vila, solicitou que fossem prestados mais pormenores sobre este projeto. Refletiu que, se for verdade que se pretende retirar os lugares de estacionamento desde o início da Rua 1º de Maio até à Queijaria e com a construção da Praça Central da Vila, perde-se cerca de cinquenta e cinco lugares de estacionamento. Por outro lado, fala-se na construção de um SILO que permita trinta lugares de estacionamentos, ou seja, perdem-se vinte cinco lugares de estacionamento no centro da vila. -----

Concluiu que é apresentado um projeto no valor de dois milhões de euros (2.000.000,00€), que vai agudizar um problema para o qual não há uma alternativa. Tendo salientado que é naquela zona que está concentrada a maior parte do comércio local e é onde as pessoas que vêm de fora querem parar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Sublinhou que relativamente aos Passeios do Zêzere, que pretende ligar o Jardim do Pego à Várzea, trata-se de um projeto interessante e que é defendido por todas as forças políticas, contudo quando inicialmente se falou do mesmo, os proprietários dos terrenos manifestaram-se, numa reunião de Câmara, contra a execução deste projeto, pois não queriam ceder os respetivos terrenos. Face ao exposto, interpelou a que se destina o valor de trinta e cinco mil euros (35.000,00€) previsto nessa rubrica. -----

Considerou que o valor de cinquenta mil euros (50.000,00€) previsto para o PERID é um apoio muito exíguo, tendo concordado com a intervenção do Senhor Vereador Tomé Branco, em reunião de Câmara, de que faria mais sentido ter um apoio idêntico para a eficiência energética, do que este programa. -----

Referiu que, segundo entendeu, o Wellness Centrer tem a ver com as piscinas de água quente na Sicó. Explanou que, na sua opinião, esse projeto deveria ser realizado nas piscinas da vila, aproveitando toda a área que a circunda, pois caso contrário esse equipamento fica sem utilidade. -----

Fez alusão ao investimento previsto para o Ski Parque, no montante de dois milhões de euros (2.000.000,00€), tendo questionado o que mudou na opinião do Senhor Presidente, atendendo que já tinha manifestado que considerava esse equipamento ultrapassado. Inquiriu se esse montante já inclui a indemnização do seguro. -----

Disse ser de lamentar não haver transferência de verbas para as Freguesias rurais que foram severamente afetadas com os incêndios e, posteriormente, com os aluimentos que se verificaram. -----

Deu nota que está previsto duzentos e oitenta mil euros (280.000,00€) para festas. Recordou que o Executivo prometeu fazer cinquenta e quatro eventos anuais, mas na verdade não criou um único evento novo. -----

Refletiu que o Pavilhão Multiusos, mais uma vez, não se configurar neste orçamento, contudo na sua opinião deveria de ter acolhimento. Alertou que o Centro Cívico também está a necessitar de uma intervenção urgente. -----

----- O Senhor MAM Daniel Costa tomou a palavra, assinalou o aumento de quatro milhões de euros (4.000.000,00€) neste orçamento, sendo premente sintetizar o que vem no lado da receita e das despesas. -----

No que concerne as receitas, verifica-se a captação de investimento para melhorar Manteigas, beneficiando a população e promovendo o turismo. Relativamente às despesas verifica-se um aumento, que advém do reforço da estrutura orgânica do Município e nas competências especializadas de fornecedores externos, que são importantes para a qualidade dos serviços prestados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No que diz respeito às despesas com Pessoal, sublinhou que atualmente é difícil fazer recrutamento, logo quanto melhor se recrutar, mais sustentabilidade se confere ao que está planeado. Como alternativa pode-se sempre recorrer ao regime de prestação de serviços, contudo tem de se analisar a médio/longo prazo o que é melhor para o Município. -----
Concluiu que este é um orçamento a pensar na população de Manteigas e no futuro do concelho. -----

----- O Senhor MAM Nuno Gonçalves cumprimentou todos os presentes. Refletiu que há dois momentos: o primeiro prende-se com os incêndios e a conservação de caminhos rurais e agrícolas da Freguesia, que foi totalmente suportado pela Junta de Freguesia a que preside; aquando da ocorrência das enxurradas, uma parte dos trabalhos foram custeados pelo Município de Manteigas. Estas ocorrências custaram, até ao momento, à Junta de Freguesia de Vale de Amoreira entre quatro e cinco mil euros, tendo deixado a ressalva de que o Município colaborou nos custos advindos das Enxurradas, bem como na colocação de meios e equipamentos no local. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar os esclarecimentos solicitados. Referiu que no que concerne ao ponto anterior, cujo Regulamento foi reprovado por este Órgão Deliberativo, considerou que na Democracia é preciso saber ganhar e saber perder, contudo neste caso perdeu Manteigas e perdeu uma estrutura mais atualizada e sustentável, com o objetivo de preparar o futuro. -----

Avoca-se que não há execução orçamental, contudo reprova-se um Regulamento de Organização Interna dos Serviços Municipais. Pela primeira vez houve a coragem para dizer que a Câmara precisa de mais recursos humanos e esta Assembleia reprova o meio para se alcançar isso. Tomando as dores dos trabalhadores, isto é algo que o faz pensar em desistir. ---
Alegou que aquilo que esta nos documentos em apreço, mais não é do que aquilo que foi proposto à população de Manteigas no programa eleitoral do Manteigas 2030, inclusivamente houve cedências, pois foram consideradas as propostas do PS e do PSD. -----

Declarou que este orçamento, considerado com os quatro orçamentos do último mandato, é um oásis, pois nenhum desses orçamentos fala de projetos novos, que fale com ambição para o futuro do concelho, de sustentabilidade, em aumentar os níveis de democracia participativa e de ciência participativa. -----

Referiu que está a ser pedido a este Executivo que resolva em um ou dois anos problemas que vêm do passado, tais como as piscinas municipais. Clarificou que nunca disse que as piscinas de água quente seriam na Sicó, o Manteigas 2030 tinha intenção de um projeto de raiz, contudo se não há verbas para se fazer, tem de se olhar para outras soluções, tendo-se tido em conta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

uma proposta feita pelo PSD, contudo vai-se analisar as duas opções e ver qual pode ser executável e com menores custos para a autarquia. -----

No que concerne à Praia Fluvial da Várzea, sublinhou que não exista um único papel nesta autarquia sobre esse projeto. No que diz respeito à Praça Central da Vila e à Rua 1º de Maio nunca se avançou para se executar a obra, contudo muito tem sido avocada nos últimos anos. A Aldeia Tecnológica da Serra da Estrela é um projeto do Manteigas 2030, tendo já uma candidatura do PPR aprovada e um *Coworking* que já foi adjudicado a uma empresa para executar as obras. -----

Relativamente à área empresarial, trata-se de uma candidatura que já vem do mandato anterior, que foi reprovada, melhorada pelo atual Executivo e aprovada. Explicou que foi uma candidatura feita para seiscentos mil euros (600.000,00€) quando para se conseguir recuperar a área Empresarial é necessário pelo menos um milhão e quinhentos mil euros (1.500.000,00€). Neste momento discute-se com a CCDR se se aproveita o financiamento de quatrocentos e oitenta mil euros (480.000,00€) ou se é feita uma reprogramação para o próximo Quadro Comunitário. -----

O projeto Manteigas Verde e Sustentável, vai ser feita uma candidatura a Cidade Mundial de Aprendizagem da Unesco; Parque Ambiental da Fábrica do Rio vai ser renovado e é uma candidatura que já vem do mandato anterior, contudo nunca se conseguiu adjudicar a obra, foi agora reformulado o projeto para se conseguir executar, caso contrário perdia-se o financiamento. -----

Liderança no combate às alterações climáticas, é um projeto que ainda não tem financiamento, mas através do Portugal 2030 ou do Plano de Revitalização pode-se conseguir verba para ser executado. No que concerne à mobilidade, está a ser discutida, pela primeira vez, a criação de um transporte entre Manteigas e Belmonte. -----

No que respeita à afirmação do Senhor MAM António Miguel Carvalho, de que o atual Executivo ainda não fez nenhum evento novo, recordou que foram realizados eventos como “O Trilhar Caminhos da Sustentabilidade”; “Faias Educa”, que trouxe mais de quatrocentas crianças a Manteigas; a marca Faias que trouxe milhares de pessoas ao concelho; o Mercado de Natal, que não existia nestes moldes há muitos anos; o Mercadinho de Outono com o pavilhão cheio gente como nunca tinha acontecido; o Roteiro da Feijoca; a Festa do Pastor, que substituiu a Feira Antiga que já não funcionava; a Expo-Estrela que foi mudada para outro local. -----

Trilhos Verdes mais acessíveis, mais inteligentes e resilientes, foi preparada uma candidatura de quarenta mil euros (40.000,00€), que mesmo que não seja aprovada, o projeto será realizado. --

Estabilizar, recuperar e renovar, assegurou que será feito tudo o que for possível em Manteigas, Sameiro e Vale de Amoreira nessa área. Apostar nas pessoas, reconhecer e fazer melhor, visa a contratação de recursos humanos por forma a qualificar a autarquia e modernizá-la. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No que concerne às questões suscitadas pelo Senhor MAM José Cardoso, referiu que não as conseguiu apontar, pois trata-se de um texto extenso que foi lido, contudo julga que muitas das respostas que deu à intervenção do Senhor MAM António Miguel Carvalho respondem também à intervenção do primeiro. -----

No que concerne aos apoios Sociais, explicou que a Santa Casa da Misericórdia solicitou à autarquia quinhentos mil euros (500.000,00€) a AFACIDASE pediu cento e cinquenta mil euros (150.000,00€), recordou que o último grande apoio concedido pelo Município foi em 2017, no montante de sessenta e cinco mil euros (65.000,00€) para a Unidade de Cuidados Continuados, cujo pagamento foi concluído em 2021. -----

Explicou que os referidos apoios não constam do Orçamento, pois teve que se inquirir a CCDR se tais apoios eram legalmente possíveis, pois existe a regra *de minimis* que só permite ao Município emprestar ou dar, no espaço de três anos, duzentos mil euros (200.000,00€). Para além de ser dúbio a autarquia investir seiscentos e cinquenta mil euros (650.000,00), no total das duas entidades, em detrimento do Orçamento Municipal, pois terá de se fazer opções. -----

Declarou que o Executivo quer ajudar e já teve uma reunião com o Senhor Provedor, onde se mostrou disponibilidade para ajudar, mas dentro daquilo que é razoável, sem prejudicar a restante população do concelho que depende do Orçamento Municipal. -----

No que concerne às medidas para ajudar as famílias, fez alusão ao PERID, que embora tendo só cinquenta mil euros (50.000,00€), já não abria há cerca de seis anos; o PAFP; manteve-se o protocolo Condomínio com trinta e oito mil euros (38.000,00€); o prolongamento de horário da creche foi isentado; o Regulamento dos Apoios Sociais já foi abordado em reunião de Câmara e pensa-se incluir: creche gratuita para o segundo filho; comparticipação de leite infantil; curso pós-parto e aleitamento materno; o prémio de natalidade vai ser aplicado a todos independentemente do rendimento das famílias; irá visar também o apoio de obras em casa de pessoas detentoras de deficiência; a contratação de duas pessoas com deficiência para a Câmara, com contrato por tempo indeterminado; -----

Relativamente ao Passeio do Zêzere, explanou que os proprietários manifestaram-se contra, mas mesmo assim o anterior Executivo submeteu uma candidatura, quando não tinha essa legitimidade e perdeu meio milhão de euros (500.000,00€) do Pacto da CIM. O valor de trinta e cinco mil euros (35.000,00€) que, neste momento, está previsto em orçamento destina-se à execução de uma vereda, se os proprietários do terrenos assim o permitirem. -----

Relativamente à GNR está previsto um projeto de arquitetura para um espaço de *Coliving*. -----

No que diz respeito ao armazém que se destinava aos trabalhadores, anuiu ser verdade que ficaram sem esse equipamento, contudo explicou que o Município tem empresas em expansão, que pretendem criar postos de trabalho, logo o espaço foi cedido para esse fim, ainda assim



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

19

havia a alternativa do espaço da Antiga Tipografia, onde a Câmara tinha equipamentos devolutos, contudo a AFACIDASE solicitou a cedência desse espaço, temporariamente enquanto seu edifício está em obras e a autarquia cedeu. -----

Relativamente ao projeto do Largo da Liberdade e da Praça Central da Vila, esclareceu que foi feito um caderno de encargos e explicado o que se pretende para o centro da vila. Pretende-se uma vila mais amiga da mobilidade, com mais árvores, passeios, esplanadas, que preserve o desenvolvimento económico das suas artérias urbanas. Referiu que, o Senhor MAM António Miguel mencionou na sua intervenção que o estacionamento é prioritário e que as pessoas vão estar impedidas de estar na Rua 1º de Maio, clarificou que neste momento as pessoas já estão impedidas de estarem nesses espaços, uma vez que há carros a mais e porque nunca foi encontrada uma solução para o estacionamento, que é um problema grave, contudo estão a ser trabalhadas opções. Na sua opinião o centro da vila é das pessoas e não dos carros.-----

Relativamente ao Ski Parque, explanou que a sua opinião não mudou, contudo foi feita uma candidatura ao FEM e teve de se reconhecer que se pode vir a receber dinheiro para reabilitar ou não esse equipamento, dado que o FEM concede dinheiro ao Município para fazer as opções que entender, no sentido de revitalizar o concelho. Em suma, será recebido cerca de 50% do montante daquilo que são os projetos da autarquia, mas há a liberdade para ser aplicado em outros projetos que não sejam a recuperação daquele equipamento. Declarou que não se investe no Ski Parque sem haver um estudo da viabilidade económica desse espaço, que garanta que o equipamento é sustentável para o futuro. -----

Relativamente às Freguesias rurais, assegurou que o Executivo não está fechado a rever os valores a atribuir a essas freguesias, contudo não se pode prever qualquer valor sem ter os cálculos feitos, sendo que ainda só houve uma reunião com a Junta de Freguesia de Vale de Amoreira sobre as transferências de competências. Sublinhou que em reunião de Câmara, referiu que temia, que mesmo com a inflação, se chegasse a um valor financeiro menor do que aquele que atualmente é transferido. Este é um dossier que vai ser analisado e trabalhado. -----

Sobre o Pavilhão Multiusos interpelou onde seria feito, pois o Município não tem nenhum terreno para esse efeito, e qual a dimensão que teria de ter, para que depois nos eventos não tivesse de se gastar dinheiro no aluguer de tendas. Deu nota que todos os concelhos vizinhos, que têm esse equipamento, têm de contratar tendas para os eventos. Do seu ponto de vista, um Pavilhão Multiusos não gera emprego, não gera atratividade turística, não é sustentável economicamente, logo não vê qual é mais-valia desse equipamento, nem é uma opção do Executivo em funções, quando o dinheiro pode ser investido por exemplo em piscinas de água aquecida. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Considerou que se trata de um Orçamento ambicioso, interessante, com projetos novos, moderno, que pode melhorar Manteigas. -----

----- O Senhor MAM António Miguel Carvalho, no uso da palavra, declarou que o Senhor Presidente não pode à primeira adversidade que tem na Assembleia Municipal “rasgar as vestes” e não é a gritar que vai convencê-lo que errou ao votar contra o ponto 4.3 da ordem de trabalhos. -----

Reiterou a sua opinião de que, à exceção do “Faias Educa”, não foi criado nenhum evento novo, apenas foi conferida uma nova roupagem e um novo nome aos que já existiam. -----

No que concerne ao Mercado de Outono não viu sucesso em ter um pavilhão cheio, mas irresponsabilidade se houvesse algum problema, pois esse equipamento não está preparado para albergar tanta gente. Explanou que é por esse motivo que um Pavilhão Multiusos é tão importante e resolve muitos problemas. Deixou a sugestão de que há um terreno, sito abaixo da Praça Municipal, que pode ser uma solução. -----

Na sua opinião ninguém vem a Manteigas porque a Rua 1º de Maio tem uma nova imagem, contudo é um projeto que envolve dois milhões de euros (2.000.000,00€). -----

Explicou que questionou se a APA já se tinha pronunciado sobre o projeto da Praia Fluvial da Várzea, porque esse foi um sonho de muitos Executivos, mas que nenhum obteve resposta positiva. Fez votos de que se consiga concretizar esse projeto, porque Manteigas precisa de uma praia fluvial. -----

Refletiu que as piscinas de água quente é o projeto mais consensual, pois estava nos três programas eleitorais, ainda assim, o Senhor Presidente deveria ter uma conversa com todas as forças políticas, para perceber qual é a melhor localização. -----

----- O Senhor MAM Rogério Batista solicitou a palavra, refletiu que por experiência própria afirmava que a emotividade tira alguma racionalidade. Declarou que, assumindo uma posição mais partidária, enquanto representante do PS não podia deixar passar a acusação de que estão a atrasar, tendo em seguida referido que não se recorda de um Executivo ser tão consensual como este tem sido, logo deixou claro que ninguém está a atrasar nada. A posição do PS não tem sido de atrasar, mas de esmiuçar, tendo sublinhado de que têm tido uma responsabilidade construtiva. -----

Deixou claro que o PS nunca disse que o trabalho está a ser mal feito, o Senhor Presidente já teve iniciativas que apoiam e que consideram ser relevantes, mas também não se pode passar a ideia de que no passado nada foi bem feito. -----

----- O Senhor MAM Albino Cardoso, no uso da palavra, referiu que pretendia prestar um esclarecimento sobre esta discussão e sobre o documento que foi apreciado e reprovado no ponto 4.3. Recordou que, em mandatos anteriores, nunca nenhum partido representado neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Órgão Deliberativo reprovou uma ato de gestão da maioria na Câmara, muito menos um Regulamento, porque esse documento manietta o objetivo que a Câmara traça para desenvolver a sua atividade e ao ser reprovado, também se reprova a perspetiva que o Executivo possa desenvolver as suas iniciativas em prol do seu programa e da visão sobre o Município. -----

Sublinhou que este comportamento de impedir que o Executivo possa levar por diante a sua perspetiva de governação é manietadora. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que não gritou, apenas falou mais alto. Explicou que as palavras proferidas pelo Senhor MAM Albino Cardoso, refletem o que sentiu. Em reunião de Câmara todos os Senhores Vereadores da oposição disseram que iam dar um voto de confiança aquilo que era a visão do Executivo em funções para gerir a Câmara. Em suma, o Regulamento de Organização Interna foi viabilizado. -----

Explanou que o Regulamento ao ser reprovado em Assembleia Municipal, sentiu que impede de colocar em prática uma nova versão de funcionamento da Câmara Municipal. -----

Não concordou com o Senhor MAM Rogério Batista quando referiu que o Presidente da Câmara passou uma ideia de que os anteriores Executivos não fizeram nada, pois durante a sua intervenção enumerou algumas candidaturas que já vinham do Executivo anterior. Sublinhou que não quer abarcar ou sonegar o trabalho dos anteriores Executivos, contudo, referiu que se achasse que tudo estava bem no concelho não se teria candidatado, propondo-se a fazer melhor. -----

Discordou com o Senhor MAM António Miguel Carvalho quando afirmou que o centro da vila não traz pessoas a Manteigas, tendo frisado que alguns Municípios, geridos pelo PS, estão a fazer grandes investimentos na mobilidade. Esclareceu que estão a trabalhar em alternativas para o estacionamento, sendo que o próprio caderno de encargos salvaguarda a existência de pelo menos trinta lugares de estacionamentos. Considerou que este projeto vai tornar Manteigas mais atrativa para as pessoas pararem, fazerem as suas refeições, promovendo o comércio local. ----

No que respeita à praia fluvial na Várzea, deu nota de que o Município já recebeu alguns pareceres, algumas entidades viabilizaram, outras referiram que o projeto da forma como está concebido não passa, o parecer da APA foi negativo, contudo têm esperança em conseguir reverta esse parecer, pois o projeto inicial já está a ser alterado. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando não haver mais inscrições para intervir neste ponto da ordem de trabalhos, colocou à votação o **Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023**, tendo sido **aprovado por maioria, com oito votos a favor, dois votos contra e nove abstenções**. -----

----- O Senhor MAM Nuno Gonçalves apresentou uma declaração de voto, em conjunto com o Senhor MAM Miguel Ramos, o primeiro enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Vale de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Amoreira e o segundo na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro. Tal declaração, que em seguida se reproduz, foi lida na referida reunião. -----

“Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023

Declaração de voto

Quando se lamenta o abandono do interior por parte de sucessivos governos centrais, que já nem épocas eleitorais dão conta da nossa existência, esquecemo-nos tantas vezes da falta de coesão territorial e social em territórios de pequena dimensão e baixa densidade, como é o caso de Manteigas.

Muitas vezes não existe a solidariedade devida com as freguesias, designadamente as rurais, por desconhecimento ou dificuldade de meios, materiais ou financeiros.

Precisamente há um ano, foi sensibilizado o Sr. Presidente de Câmara sobre a conveniência de ouvir as freguesias antes da elaboração do Plano de Atividades e a necessidade urgente de serem revistos os acordos de execução de delegação de competências celebrados no mandato 2013/17.

De facto, durante o ano de 2022, o Sr. Presidente reuniu com as freguesias, mas os resultados práticos dessas reuniões não foram nenhuns, apesar da folgada situação financeira do Município de Manteigas, que nos apresenta um orçamento que quase duplica os montantes de orçamentos anteriores.

Se o Sr. Presidente ficou inteirado das urgentes necessidades das freguesias, se tem meios para os concretizar e simplesmente os omite das GOP's, só podemos concluir que o Sr. Presidente não conhece o significado do conceito “solidariedade” e não dá nenhuma importância à coesão social e territorial.

Mais, o Sr. Presidente fez promessas, assumiu compromissos e criou expectativas junto dos seus interlocutores nas freguesias que não se concretizaram.

Como vem acontecendo com outras entidades locais, o Sr. Presidente nem sequer responde às comunicações escritas que lhe são dirigidas, mesmo quando são urgentes e inadiáveis.

A título de exemplo, enumeramos alguns assuntos tratados nas reuniões, sem qualquer resultado ou seguimento:

Em Sameiro:

- Atualização e alteração do acordo de execução;*
- Apoio para a construção urgente de um pequeno armazém;*
- Contrato de cedência das antigas instalações do jardim de infância;*
- Ligação das luminárias do polidesportivo à rede pública.*
- Estudo para alargamento do cemitério;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- *Intervenção programada no anterior mandato na R. Adelino E. G. Carvalho nas redes separativas de águas;*
- *Alteração dos dias de recolha de lixo;*
- *Remodelação do Centro Social ao nível da cobertura e substituição de portas e janelas.*

Em Vale de Amoreira:

- *Colaboração jurídica, técnica e financeira para o arranjo do Parque Infantil;*
- *Intervenção urgente na captação e aumento do armazenamento de água para abastecimento público;*
- *Apoio técnico e financeiro para alargamento do cemitério;*
- *Solução para o muro da antiga Escola;*
- *Solução para a ponte que une a Rua 25 de abril à Rua 1º de Maio.*

Estamos desapontados pelo inexplicável comportamento do Sr. Presidente de Câmara e sentimo-nos ofendidos pela falta de reciprocidade no respeito e solidariedade que é devido entre autarquias.

Pelos motivos elencados e outros que oportunamente abordaremos, votámos contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2023.

Manteigas, 16 de dezembro de 2022

O Deputado e Presidente de Junta de Freguesia de Sameiro

O Deputado e Presidente de Junta de Freguesia de Vale de Amoreira”

(Fim de citação)

-----O Senhor MAM Luís Pedro Soares, no uso da palavra, leu uma declaração de voto que em seguida se transcreve:

“Declaração de Voto – GOP’s e Orçamento para 2023

As GOP’s e Orçamento apresentados pelo Município de Manteigas para 2022 e 2023 quebram a tradição de largos anos de receitas exíguas que exigiam um controlo apertado da despesa tanto corrente como de capital.

O aumento exponencial da receita para 11.640 milhões, significa um acréscimo de cerca de 4 milhões em relação ao orçamento de 2022, equivalente a um incremento de 53%.

A possibilidade de apresentação de novas candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência e o recurso ao saldo de gerência, potenciam interessantes acréscimos na receita, pelo que neste aspeto a situação não podia ser mais favorável.

Esta receita excecional não vai durar para sempre, pelo que devem ser evitados os deslumbramentos duma grande folga orçamental.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Preocupa-nos, desde já, o aumento da despesa corrente em 43%, principalmente se essa despesa tem carácter duradouro como a que resultaria do novo organograma funcional e da contratação excessiva de pessoal, num mapa em que se prevê o preenchimento de 23 novos lugares, por porem em risco a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do município com uma das mais baixas receitas próprias. Em suma, não pode acontecer um aumento substancial de despesa fixa permanente, sem antes se estudar que despesa pode ser cortada.

Lamentamos nesta declaração de voto a não apresentação, tal como em 2022, da Agenda de Eventos, indispensável para avaliar a ação do Executivo, nas componentes culturais, desportivas e recreativas e de promoção do território.

Apesar de constataremos alguma diversificação nos investimentos, as ações mais relevantes referem-se a ideias ou projetos embrionários, portanto em fase de conceção, que inibem qualquer tipo de avaliação.

No conjunto de ações apresentadas, muitas transitadas de 2022, não se descortina uma estratégia clara de inovação, de diferenciação, de atração de pessoas e empresas, de novos incentivos ao investimento e à qualificação do emprego.

As dotações nos programas de apoio ao emprego e às empresas são diminutas e claramente insuficientes.

O mesmo acontece com os incentivos à qualificação das habitações, mantendo-se montantes fixados em 2008 e acessíveis a meia dezena de candidaturas.

As atividades inseridas no cartão do idoso e cartão jovem são cada vez mais raras e irrelevantes, quando sabemos que atingiriam cerca de 60% da população residente.

A ideia do Observatório das Alterações Climáticas, considerado “o maior projeto de sempre” (?) do Concelho de Manteigas, tem uma dotação de 60.000 euros para estudos, mas nem sequer consta do Plano Plurianual de investimentos.

Não existe uma política nem uma estratégia de sustentabilidade na gestão dos sistemas de água e saneamento, onde o desperdício e a despesa não são controlados, devido à fraca visibilidade deste tipo de ações de proteção e sensibilização ambiental.

Depois de um verão catastrófico e de um outono de enxurradas, o Fundo de Emergência Municipal, constando das ações do Plano, não foi dotado com qualquer verba sem qualquer explicação.

Os diferentes programas de ordenamento do território desenvolvem-se a um ritmo desadequado e a maioria está em modo pausa.

A concessão de águas de mesa continua na gaveta e nada se diz sobre o assunto.

Insiste-se teimosamente na não revisão dos acordos de execução com as juntas de freguesia, desatualizados pelo tempo e pela inflação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Não consta nas GOP's qualquer referência a apoios a conceder às IPSS que têm candidaturas aprovadas pelo programa PARES, apesar da enorme relevância social e económica dos investimentos a realizar.

As raras ações do Orçamento Participativo vão-se esfumando, não se altera o Regulamento como anunciado e tolhe-se esta importante componente de envolvimento das populações.

Mais uma vez não foram presentes os pareceres obrigatórios do Conselho da Juventude e do Conselho Empresarial, nem chega o dia de os respetivos regulamentos serem revistos, como prometido.

A avaliação que fazemos das GOP's e do Orçamento está muito longe de ser positiva, mas não o inviabilizaremos, apesar dos votos contra dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Sameiro e de Vale de Amoreira, que têm motivos de sobra para assim votarem.

Manteigas, 16 de dezembro de 2022

Pelo Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal"

(Fim de citação)

----- PONTO 4.7. -----
APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DA CPCJ DE MANTEIGAS DE 2021. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, questionou se alguém desejava usar da palavra para intervir neste ponto da ordem de trabalhos. Verificando não existirem inscrições, deu o ponto como encerrado. -----

----- PONTO 4.8. -----
DELIBERAÇÃO SOBRE A NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO PARA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, CONFORME O NÚMERO 1º, DO ART.º 77, DA LEI 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO EM VIGOR. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificou que não havia inscrições para intervir no ponto supramencionado. Em seguida, colocou à votação a **nomeação de auditor externo para certificação legal das contas**, tendo sido **aprovada por unanimidade dos presentes, com dezoito votos a favor**. -----

----- PONTO 4.8. -----
APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES A TOMAR EM MINUTA, PARA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS, DESTA SESSÃO. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa propôs que se aprovassem em minuta, para produção de efeitos imediatos, as deliberações tomadas nos pontos **quatro, um; quatro, dois; quatro, três; quatro, quatro; quatro, cinco; quatro, seis e quatro, oito**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Colocada à votação, foi a referida proposta **aprovada por unanimidade dos presentes**, com **dezoito votos a favor**. -----

----- PONTO 5. -----

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu como abertas as inscrições aos Senhores Membros da Assembleia Municipal que pretendessem intervir neste ponto da ordem de trabalhos. Verificando a inscrição Senhor MAM José Manuel Cardoso, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor MAM José Manuel Cardoso, no uso da palavra, referiu que uma agenda sem datas nem sequer é uma agenda. Explanou que apenas pretende saber o que resultou das reuniões em que o Senhor Presidente ou o Senhor Vice-Presidente estiveram presentes. A Assembleia apenas pretende informação pertinente dos assuntos tratados. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que seria preciso tirar uma semana só para fazer aquilo que o Senhor MAM José Manuel Cardoso solicitou e que o próprio também nunca apresentou, quando fez parte do Executivo Municipal. -----

Explanou que grande parte da informação que expõe na Assembleia Municipal, ao responder às questões que lhe são suscitadas, reflete já o que o Executivo faz no seu dia-a-dia. -----

Referiu que sem querer responder à declaração de voto dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Sameiro e Vale de Amoreira, deu nota que até ao momento intervieram catorze empresas nessas freguesias, cujas custas foram pagas pelo Município, num montante que já está acima dos cem mil euros (100.000,00€). Atualmente há trabalhos a serem desenvolvidos em Sameiro. Deu nota de que já solicitou a elaboração de um relatório, aos serviços do Município, de todos os trabalhos e custos executados nessas freguesias, decorrentes dos incêndios e das enxurradas, para ser entregue à Comissão de Acompanhamento competente e à Assembleia Municipal de Manteigas. -----

----- PONTO 6. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve público inscrito a fim de intervir. -----

----- PONTO 6.1. -----

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES ANTERIORMENTE COLOCADAS PELO PÚBLICO, QUE NÃO TENHAM FICADO ESCLARECIDAS. -----

----- Não tendo havido inscrições do público, deu-se este ponto por terminado. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando não haver mais nada a tratar, deixou votos de uma boa quadra natalícia e deu por encerrada a sessão cerca das catorze horas e vinte minutos do dia dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Assembleia e por mim  Ana Catarina Rabaça Pereira, Assistente
Técnica, que a redigi. -----

----- O Presidente da Mesa -----



----- Joaquim Quaresma Domingos -----
